



Número: **0867285-33.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **21/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVONETE FERREIRA SANTOS (AUTOR)		ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO) GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25469057	21/10/2019 12:10	Petição Inicial	Petição Inicial
25469070	21/10/2019 12:10	IVONETE FERREIRA SANTOS - DPVAT	Informações Prestadas
25469072	21/10/2019 12:10	Procuração e Docs Pessoais	Procuração
25469074	21/10/2019 12:10	BO e Laudos Médico	Documento de Comprovação
25469096	21/10/2019 12:10	RESPOSTA SEGURADORA	Informações Prestadas
26671450	29/11/2019 22:27	Despacho	Despacho
27448547	14/01/2020 16:07	Certidão-Des. Aud. + Perícia	Certidão
27449028	14/01/2020 16:15	Carta	Carta
27564911	20/01/2020 16:33	Expediente	Expediente
27564945	20/01/2020 16:39	Mandado	Mandado

Segue



MORAIS & AMORIM

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DE JOÃO PESSOA/PB.

IVONETE FERREIRA SANTOS, brasileira, viúva, aposentada, portador da Cédula de Identidade n.º 1.454.210 SSP-PB, e do CPF n.º 600.904.724-20, podendo receber intimações na Rua Bela Vista, n.º 186, Bairro Centro, Solânea/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Rua Praça Venâncio Neiva 21, Centro, Santa Rita/PB, vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
(DPVAT) - COMPLEMENTAR**

EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os



honorários **MORAIS & AMORIM** advocatícios,
sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos moldes dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna a promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

PRELIMINARMENTE:

DA COMPETÊNCIA

Conforme prevê o artigo 53, III, “b”, da Lei nº 13.105/15, que institui o Novo Código de Processo, é competente o foro do lugar onde está a sede para as ações em que for a ré pessoa jurídica, *in verbis*:



competente o foro:

(...)

III – do lugar:

b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu:

Portanto, é competente uma das Varas Cíveis da Capital, tendo em vista que a empresa ré mantém estabelecimento nesta Capital/PB, conforme endereço acima indicado.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Em 17/08/2018, a promovente foi vítima de acidente de trânsito quando estava de carona na motocicleta (PLACA: PGL 2528/PB) ao trafegar pela Rua São José na cidade de Solânea, e caiu ao solo ao ser atingido por um veículo que entrou na contramão, consoante certificado no Boletim de Ocorrência. Após o acidente o autor foi socorrido e encaminhado para o COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA.

Pelo fato descrito acima, a autora sofreu escoriações que o deixaram com sequelas irreversíveis devido às lesões sofridas, sendo submetido a procedimento cirúrgico, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, o autor teve comprovada – **FRATURA DIAFISÁRIA DO RÁDIO DIREITO, FRATURA DE TÍBIA DIREITA, FRATURA EXPOSTA DA PERNA ESQUERDA, BEM COMO FRATURA DO ANTEBRAÇO - GERANDO**



MORAIS & AMORIM

INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.

Com esta seqüela, a autor não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a seqüela decorrente do acidente de trânsito, a promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3190372135), no entanto, para sua surpresa, apesar da gravidade das lesões e o estado atual pelo qual o autor se encontra, este teve liberado em seu favor tão somente o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme extrato anexado.

Desta feita, sem alternativa, já que o valor recebido pela seguradora Líder foi aquém ao devido, vem pleitear da empresa promovida o PAGAMENTO COMPLEMENTAR da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.



A **MORAIS & AMORIM**

própria lei,

assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas



MORAIS & AMORIM

consequências danosas.

- Do *Quantum* Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$ 13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Importa ressaltar que levando em consideração a grave lesão sofrida pela autora – **FRATURA DIAFISÁRIA DO RÁDIO DIREITO, FRATURA DE TÍBIA DIREITA, FRATURA EXPOSTA DA PERNA ESQUERDA, BEM COMO FRATURA DO ANTEBRAÇO**, este deveria ter recebido da Seguradora ré o importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e não R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Assim, incontroverso, o valor que deverá ser pago a título de indenização de forma complementar a parte autora no importe de R\$ 6.412,50 (seis mil



MORAIS & AMORIM

quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos) pela invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta.”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.



MORAIS & AMORIM

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos) devidamente corrigidos da data do acidente em 17/08/2018, provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente de trânsito;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;
- f) Seja **DISPENSADA** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no artigo 319, inciso VII, do Novo Código de Processo Civil;



MORAIS & AMORIM
g) Que seja designado
perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de
avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias
para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento
de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para
o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e
cinquenta centavos)

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 21 de outubro de 2019.

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

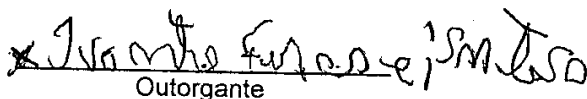
PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: IVONETE FERREIRA SANTOS, brasileira, viúva, aposentada, com CPF nº 600.904.724-20 e RG nº 1.454.210, residente na Rua Bela Vista 186, Centro, Solânea/PB.

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 13529, portadora do CPF/nº 011197984/69 e/ou Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF/nº 05631026406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judícia" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 03 de outubro de 2019.


Outorgante

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

DECLARAÇÃO DE POBREZA

IVONETE FERREIRA SANTOS, brasileira, viúva, aposentada, com CPF nº 600.904.724-20 e RG nº 1.454.210, declara, para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as penas da lei nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

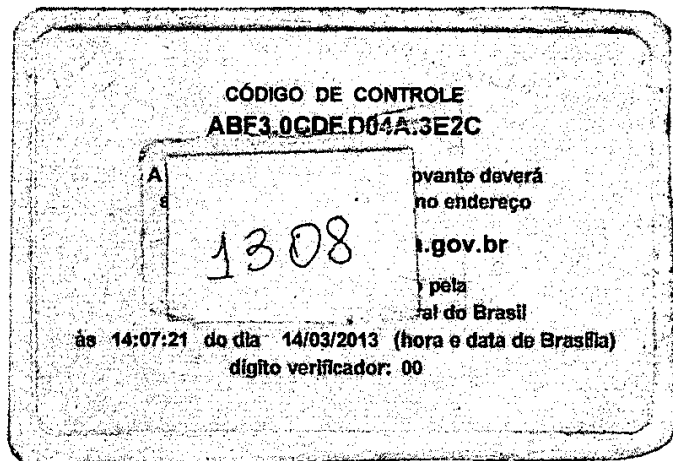
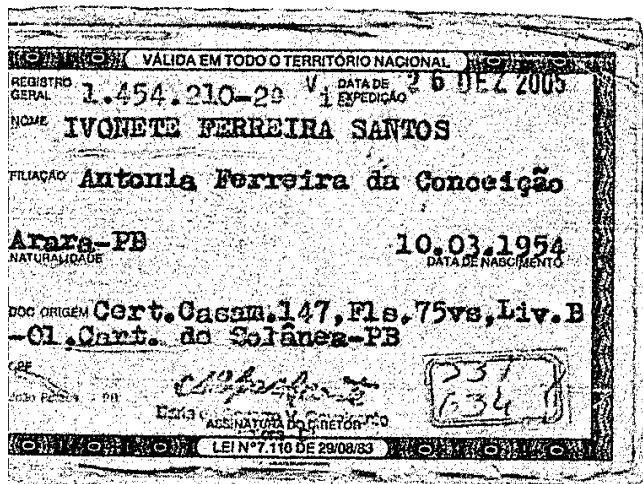
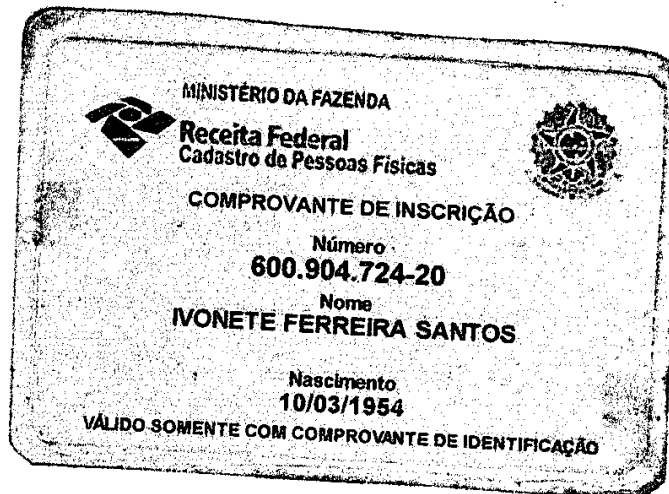
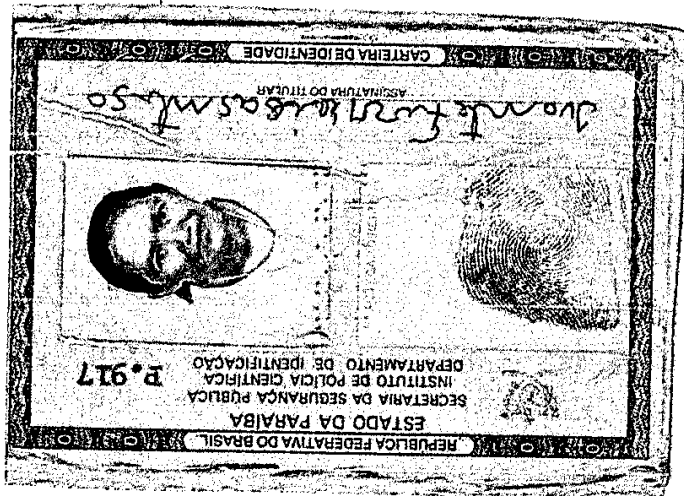
João Pessoa, 03 de outubro de 2019

x *Ivone Ferreira Santos*

DECLARANTE

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.

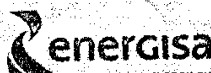




IVONETE FERREIRA SANTOS
RUA BELA VISTA, 159 - CENTRO
SOLANEA / PE CEP: 58225-000 (AO: 44)

Envio de 12/02/2019 Referência: Fev/2019

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAXA RENDA MONOFASICO 230, Km 25 - Centro Residencial - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro: 6-44-BD-5180 Nº medidor: 0006042233



ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.036.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.223-0

Nota Fiscal/Código de Energia Elétrica: PC20.048.738
C64 para Dtb. Automático: 00003034184

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a: Apresentação: Data prevista da próxima leitura: CPF/CNPJ/RANI:
Fev/2019 13/02/2019 14/03/2019 600.904.724-20
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/305616-5

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - VOLT/1000-220V
re 10.423.00.22.00.00.00.00
Ao receber a fatura, verifique se os dados estão corretos e se a fatura está correta. Se não estiver correta, informe a distribuição de energia elétrica para que seja corrigida.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 12/02/19 Leitura: 6034	Data: 12/02/19 Leitura: 6033	1	28	29
Demonstrativo				
Quantidade (kWh) Valor (R\$) Valor (R\$) Valor (R\$) Valor (R\$)				
Tarifa Social (R\$) ICMS (R\$) ICMS (R\$) ICMS (R\$) ICMS (R\$)				
0801 Consumo 230V kW/h-EF	20.000 0.000000	6.11	0.00	0.00
0810 Subsidio		12.04	0.00	0.00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807 CONTRIBUIÇÃO LUM. PUELCA		0.16	0.00	0.00
0804 JUROS DE MORA 01/2019		0.02	0.00	0.00
0805 MULTA 01/2019		0.14	0.00	0.00
0801 COAÇÃO-HOSPITAL NA POLICIA LAUREANO 02/2019		1.00	0.00	0.00
0900 Devolução Subsidio		11.23	0.00	0.00

CCl Código de Classificação do Item: TOTAL 11.07 0.00 0.00 18.15 0.17 0.82

Parcela última meses (kWh): 99
VENCIMENTO 20/02/2019
TOTAL A PAGAR R\$ 11,07

Histórico de Consumo (kWh)

0 18 55 48 48 46 47 52 52 42 19 18
Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/19

RESERVADO AO FISCO

bbf5.5ee2.cb9c.7256.a1f4.85f8.f487.0895.

Indicadores de Qualidade 12/2014-BALNEARIS		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIAGNOSTICO	6.03	0.00
DIAGNOSTICO	12.18	0.00
DIAGNOSTICO	24.12	0.00
DIAGNOSTICO	3.36	0.00
DIAGNOSTICO	6.72	0.00
DIAGNOSTICO	13.45	0.00
DIAGNOSTICO	3.54	0.00
DIAGNOSTICO	12.22	0.00

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	2.05	18.52
Compra de Energia	2.83	25.47
Serviço de Transmissão	0.32	2.89
Encargos Setoriais	0.48	4.34
Impostos Diretos e Encargos	4.29	38.75
Outros Serviços	1.00	9.03
Total	11.07	100.00

Valor do EVSD (R\$) 12/2019 R\$ 12.85

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 11,05.
- Letura confirmada.
- Contato Serviço: HOSP. NAPOLEAO LAUREANO - (51) 3409-9771.
- O cancelamento de cobrança de consumo e a emissão da fatura com estes dados podem ser solicitados a qualquer momento na distribuição.

Faturas em atraso





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 05959.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 05959.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:51 horas do dia 30 de maio de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Ricardo Ferreira dos Santos**, CPF nº 105.709.554-08, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Motorista, filho(a) de Ivonete Ferreira Santos e Manoel Noberto dos Santos, natural de Esperança/PB, nascido(a) em 13/08/1993 (25 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Farmaceutico Jose Inacio Filho, Nº 182, bairro Centro, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de Solânea/PB, telefone(s) para contato (83) 99114-1731.

Dados do(s) Fatos:

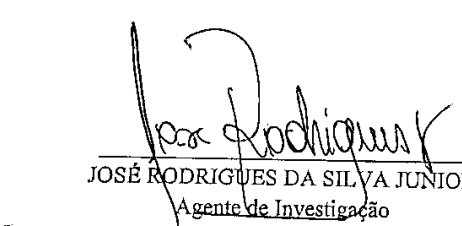
Local: Rua São Jose, Antiga Coca Cola, Solânea/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 17/08/18 12:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303 § 2º: **LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

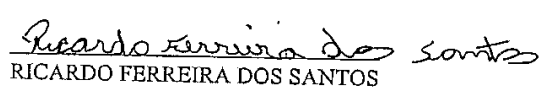
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

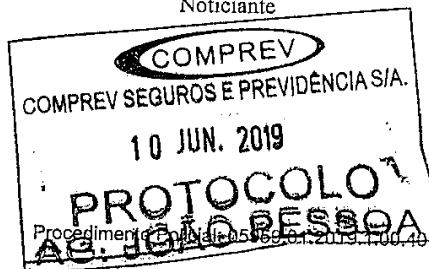
QUE NO DIA 17/08/2018, POR VOLTA DAS 12:00, ESTE NOTIFICANTE ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA HONDA TITAN DE COR VERMELHA, ANO 2013/14, PLACA PGL-2528/PE, CHASSI 9C2KC1650ER009237, REGISTRADA EM NOME DE ISAAC FERNANDES VIEIRA JUNIOR, NA RUA SÃO JOSÉ, SOLÂNEA/PB, QUANDO UM VEÍCULO ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO IDENTIFICADO VEIO NA CONTRA-MÃO, PRATICOU DIREÇÃO PERIGOSA E COLIDIU NA MOTOCICLETA GUIADA POR ESTE NOTIFICANTE E EVADIU-SE DO LOCAL EM SEGUIDA SEM PRESTAR SOCORRO AO MESMO; QUE NA GARUPA DA MOTOCICLETA ESTAVA A SENHORA IVONETE FERREIRA SANTOS, PORTADORA DO CPF: 600904724-20, A QUAL FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA, ONDE FOI ATENDIDA E DIAGNOSTICADA COM FRATURA EXPOSTA DE PERNA ESQUERDA, CONFORME CERTIDÃO 1716/2018 ASSINADA PELA MEDICA ROSANGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA.

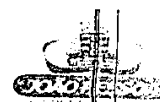
Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 30 de maio de 2019.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


RICARDO FERREIRA DOS SANTOS
Noticiante





Nome: <i>IVONETE FERREIRA DOS SANTOS</i>				Registro:	
Idade: <i>64a</i>	Sexo: <i>F</i>	Cor:	Clínica: <i>Traumato</i>	EMP:	LR:
Data: <i>19/09/2018</i>			Cirurgião: <i>CARLOS TIAGO</i>		
1º Assistente:			2º Assistente:		
Anestesista:			Instrumentador:		
DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<i>Fratura diafisária do rádio E</i>				<i>S52.3</i>	
<i>FRATURA DE OSODE PERNA E</i>					
DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
<i>O mesmo</i>					
PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)				CÓDIGO	
<i>Osteossíntese do Antebraço</i>					
<i>E FRATURA DE TIBIA</i>					
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 () Sim 2 (X) Não					
Descreva:					
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (X) Não					
Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:					
1 (X) Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME *IVONETE FERREIRA DOS SANTOS*IDADE *64 anos*SEXO *FEM*

COR

PRONTUÁRIO Nº

DATA DE ADMISSÃO *17/08/2018*CLÍNICA *Ortopedia*

ENF.

LEITO

DATA DE ALTA *26/09/2018*

TEMPO DE PERMANÊNCIA

DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura Diafisária do Rádio Direito + Fratura de tíbia dir (fixador externo) + Ombro flutuante (conservador)

CID

S52.3+

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO

*O mesmo**S.82.2+ S.42.0*

OUTROS DIAGNÓSTICOS

PRINCIPAIS EXAMES

Rx de antebraço demonstrando solução de continuidade óssea da diáfise do rádio

TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA

ANATOMIA PATOLÓGICA

INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO

RESULTADO BACTERIOLOGIA

COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO

CONDIÇÕES DE ALTA

(X) MELHORADO

() REMOVIDO

() A PEDIDO

() CURADO

()

RESUMO CLÍNICO

(HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura de rádio foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de osteossíntese com placas e parafusos. Fratura de tíbia esq optado por tratamento conservador. Recebe alta Fratura da clavícula e glenoide com mai de 40 dias optado por tratamento conservador. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: *Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...*

REPOUSO:

*Relativo em casa por 15 dias.**Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.**Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.*

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: *Ciprofloxacina e Profenid*

RETORNO:

*Ao posto de saúde em 21 dias.**Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão. (dr. Carlos Thiago)**26/09/2018*

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980
FAX: () CNPJ:

Ficha Nr: 154961 Atd: Nao Regulada
Data: 17/08/2018
Hora: 13:33:35
Recepcionista: NARJARA DOS SANTOS ALV.
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE
Nome: IVONETE FERREIRA DOS SANTOS
CNS: 706405651710884 Sexo: F IDENTIDADE: 1451210 Fone: 993201776
Natural: ARARA/PB Data Nasc.: 10/03/1954 Id: 64 ano(s)
End.: RUA BELA VISTA, 168
Bairro: CENTRO Cidade: SOLANEA UF: PB
Mae: ANTONIA FERREIRA DA CONCEICAO
Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: APOSENTADO
INFORMACOES DE ENTRADA
R: IVONETE FERREIRA DOS SANTOS
Tel/Doc. Responsavel: 993201776 / IDENTIDADE: 1451210
Precedencia: RESIDENCIA

Num. de vezes atendido: 1
Num. Prontuario: 2018.08.002631

Pai: NAO INFORMADO

Estado Civil: NAO INFORMADO

Escolaridade: NAO INFORMADO

Transporte utilizado: SAMU
Vitima de acidente por: NAO
Vitima de violencia por: NAO
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: ER: 19.08.18
FC: TP: 19.08.18
Peso: Altura: 19.08.18
Glicemia: IMC: 19.08.18
Abd: 19.08.18

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Chocado

Regular

Vomito

Observacao

Queixa Principal

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente vítima de acidente automobilístico, trazido pelo SAMU, porte físico normal, um membro superior direito com fratura exposta e deformado, em puna F.

Diagnostico

Fratura exposta puna F

Conduta ① Raio X Tórax

② Raio X Punho F

③ Alto do membro superior direito

④ Aplicação do antídoto

Prescrição

Horario da medicacao

① Paracetamol 40mg 1x
② Dipirona 3ml + AD 3ml 1x

⇒ Raio X de Tórax: sem evidências de pneumotórax ou fratura de arco costal

Prontuario - Realiza atendimento
23/08/18

Verificar ficha de evolução

Anaya N. Pombo
1692





P/_IVONETE FERREIRA DOS SANTOS

Laudos Médico

Paciente vítima de trauma em antebraço resultando em fratura do(s) osso(s) do antebraço e ossos de perna, foi submetido(a) a tratamento cirúrgico com uso de material de osteossíntese, encontra-se inapto(a) a realizar suas atividades habituais e laborais por um período de 90 (noventa) dias a contar da data abaixo.

CID: S52/S82

Yury Cordeiro
DR. RMF. 1157





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Luiz de Ferraz dos Santos Data da Admissão: 17/8/18
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: 1/1/

QPD: fx da perna

HDA: fx com queixa de dores na

perna (E) com lesão de partes
moles

Medicações em uso: _____

Interrogatório Sintomatológico:

Geral: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso _____ Kg em _____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoco: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____

ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____

SME: ☐ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposso ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

SN e PSQ: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa [] HTF

[] Trauma [] Neo [] Tabagismo

[] Alcoolismo

Exercício Físico: _____ Alimentação: _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: *Ex de Coração, Rins*

Hipóteses Diagnósticas: *Ex Exp de Perna (E)*

Conduta: *Ag Bloco / cirurgia.*

S.H. 5000 US m

Cefazolin 1g i.v. 12h

Dr. Valdeir Corvello Jr.
Ortopedista

17 AGO. 2018

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, 66º e Pessoa - PB.





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Frederico F dos Santos</i>		Registro:	
Idade: <i>64</i>	Sexo: <i>Hom</i>	Cor:	Clínica:
Data: <i>17/8/18</i>	Cirurgião: <i>Dr F dos Santos</i>	EMP:	LR:
2º Assistente:	3º Assistente:	1º Assistente: <i>Valdeir</i>	Instrumentador:
Anestesista:	Tipo Anestesia:	Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO			CID
<i>Fx Exp de osso da Fossa B</i>			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO			CID
<i>O mesmo</i>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)			CÓDIGO
<i>Fixador Esterno</i>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 () Não		Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 () Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:			
1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- Pac em DDH sobre Rolyre montado
Preparo + Antisepsia
Exposição com pos. 20°

Incisão:

- Realização da incisão do
coto da perna (B)

Achados:

- Fx do osso da perna
inferior de TUBO exposto

Conduta:

- LMC + Desbridamento
- Aproximação de fixador externo

Fechamento:

- Costura de fechamento + Curativo

OBS:

Data:

17.8.18

Dr. Valdean Carvalho Jr.
M.R. em Ortopedia
CRM/PB - 7697

17 AGO. 2018

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





SAMU
192



Prefeitura Municipal de Solânea

Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU



SAMU
192

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO USA: 28

Data	Ocorrência Nº	Paciente / Usuário	Idade	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem.
17/08/18	3104669	Wanete Ferreira Santos	60a	
Local da Ocorrência		Bairro	Médico Regulador	
São José - Solânea (Cidade)			Amadeo	
Apoio no Local: <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> CPTRAN <input type="checkbox"/> STTRANS <input type="checkbox"/> Outro:				
OTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Recusou Atendimento <input type="checkbox"/> Socorrido pelo Bombeiro <input type="checkbox"/> Local não Encontrado <input type="checkbox"/> Outro:				
TEMPO RESPOSTA - HORÁRIOS: ANEXAR FICHA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO				
TIPO DE AGRAVO (NATUREZA DA OCORRÊNCIA)			- ANTECEDENTES	
<input checked="" type="checkbox"/> TRAUMA <input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA PROCEDENTE DE: <input type="checkbox"/> OUTRO: CINEMÁTICA:			MEDICAMENTOS: <u>Tramadol 100mg + Tylenol 400mg</u> PATOLOGIA(S): <u>Desconhecida</u> ÚLTIMA ALIMENTAÇÃO: VACINAS:	

DESTINO

Local 01: TRAUMATICA - JP Responsável: MÉDICO Função: Dr. Daniel Anderson da Silva - CIRURGIÃO GERAL - CRM 10.941

Local 02: Responsável: Função:

EXAME CLÍNICO (PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS, EVOLUÇÃO MÉDICA)

Acet. Vítima de acidente moto-carro, apresentando
fratura exposta perna Esq + Enxerto em ASE.
Lucida e Orientada - Glasgow 25

DADOS VITAIS

VVAA: Livre ☒ Obstruída RESPIRAÇÃO: ☐ > 30 irpm ☐ < 30 irpm PULSO RADIAL: ☒ Presente ☐ Ausente PAS: ☐ > 90 mm Hg ☐ < 90 mm Hg
 PA: 120 x 70 FC: 120 FR: 18 GLICEMIA: 273 F. Con: SpO2 a/ O2: SpO2 c/ O2: 93%

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM: Lesão Exposta

INTERVENÇÕES: Unfusão 5944, Abintraal medicação

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO

Paciente estável para alta, com
ABE 65, sem mais sinais de lesão, com
Abintraal medicação CRM. Transferido para
Unfusão

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE (NOME E NÃO ASSINATURA)

MÉDICO: Amadeo CRM: 7299 / ENFERMEIRO: Clara COREN: 929139
 CONDUTOR: Rafael

RECUSA:

NOME: R.G.:

ASSINATURA: TESTEMUNHA:





RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: INACIO FONTANA SANTO

hanso mário

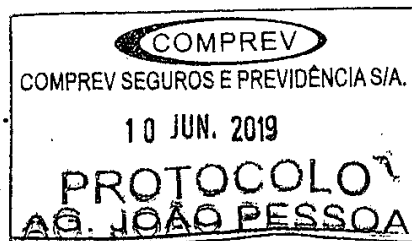
1º Perante a história de doença de
travisto, da entrada neste
sistema com quadro de febre
febre de 38,5°C + Arterial
D + Perna D: Perante
sintoma de febre consensado de
put. de clonídio + febre
crescente de put de febre + Arterial
Perante em acompanhamento
médico contínuo

CRM 542/552/582

Assinatura e Carimbo

31/10/18

CRM 542/552/582
Assinatura e Carimbo
Dr. Carlos
da S. Chaves
Otorrinolaringologista



Seguradora Líder-DPVAT ... X +

https://seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido

Permitir que https://seguradoralider.com.br execute "Microsoft Office?"

Continuar bloqueando Permitir...

Documentos Ivonete
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

SINISTRO 3190372135 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA IVONETE FERREIRA SANTOS
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev
 Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB
BENEFICIÁRIO IVONETE FERREIRA SANTOS
CPF/CNPJ: 60090472420

Posição em 21-10-2019 12:05:13

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX
 Valor da Indenização: R\$00.000,00
 Juros e Correção: R\$00.000,00
 Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/06/2019	R\$ 7.087,50	R\$ 0,00	R\$ 7.087,50

12:05
21/10/2019





Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)0867285-33.2019.8.15.2001

Vistos, etc.

1. Defiro a gratuidade processual.
2. Designe-se a audiência de conciliação/mediação, a realizar-se na **sala de audiências da 12ª Vara Cível** da Comarca de João Pessoa.
3. Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
4. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.
5. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.
6. Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.
7. Para tanto, nomeio o(a) médico(a) Heuder Romero Liberalino da Nóbrega perito(a) nos presentes autos, dando-lhe ciência da nomeação e data e horário da perícia.
8. Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.
9. Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.



10. A parte autora será intimada através de seu advogado.
11. Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.
12. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.
13. Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

Int. e cumpra-se.

João Pessoa, 29 de novembro de 2019

MANUEL MARIA ANTUNES DE MELO

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0867285-33.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: IVONETE FERREIRA SANTOS
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao despacho ID 26671450, ficou designado o dia 20/02/2020, pelas 16:30 horas, na Sala de Audiências da 12ª Vara Cível, para realização de Audiência de Conciliação/Mediação e perícia médica.

JOÃO PESSOA, 14 de janeiro de 2020
AVANY GALDINO DA SILVA



Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA

()

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0867285-33.2019.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

N o m e : I V O N E T E F E R R E I R A S A N T O S
Endereço: Rua Bela Vista, 186, Centro, SOLÂNEA - PB - CEP: 58225-000
N o m e : B R A D E S C O S E G U R O S S / A
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-130

De ordem do MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital, fica devidamente **CITADO(A) o(a) BRADESCO SEGUROS S/A**, na pessoa de seu Representante Legal, por todos os atos do processo acima mencionado, e **INTIMADO(A)** para comparecer neste Juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: Conciliação Data: 20/02/2020 Hora: 16:30**, nos termos dos arts. 334 e 335 e ainda, com as advertências do art. 344, todos do NCPC, **bem como da perícia a ser realizada no(a) autor(a), no mesmo dia e horário. Honorários periciais fixados em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem pagos pela Seguradora Líder, comprovando-o até a data da audiência, sob pena de penhora junto ao Bacenjud. Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Despacho na íntegra no ID 26671450.**

JOÃO PESSOA, em 14 de janeiro de 2020.

AVANY GALDINO DA SILVA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19102112075786000000024628700



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
12ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0867285-33.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: IVONETE FERREIRA SANTOS
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

INTIMAÇÃO

Intimo a parte autora para comparecer a Audiência de Conciliação/Mediação e Perícia designada **para o dia 20/02/2020, pelas 16:30 horas**, na Sala de Audiências da 12ª Vara Cível.

JOÃO PESSOA-PB, 20 de janeiro de 2020.

Analista/Técnico Judiciário

12ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

Nº do processo: 0867285-33.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: IVONETE FERREIRA SANTOS
Endereço: Rua Bela Vista, 186, Centro, SOLÂNEA - PB - CEP: 58225-000 (telefone de contato 99320-1776)

Réu: Nome: BRADESCO SEGUROS S/A
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, 58013-131, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-130 (telefone de contato 99320-1776)

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR AUDIÊNCIA)

O MM. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME o(a) Sr(a.) **IVONETE FERREIRA SANTOS**, residente e domiciliado(a) no endereço acima descrito, para comparecer a Audiência de Conciliação/Mediação designada para o dia 20/02/2020, pelas 16:30 horas, na Sala de Audiências da 12ª Vara Cível, 4º andar, Fórum Cível da Capital. Advertindo a parte autora que deverá comparecer a audiência/perícia médica munida de documentos pessoais, bem como de todo e qualquer documento referente ao acidente em questão. Médico Perito: Dr. Heuder Romero L. da Nóbrega.

JOÃO PESSOA, em 20 de janeiro de 2020.

De ordem, AVANY GALDINO DA SILVA
Mat.